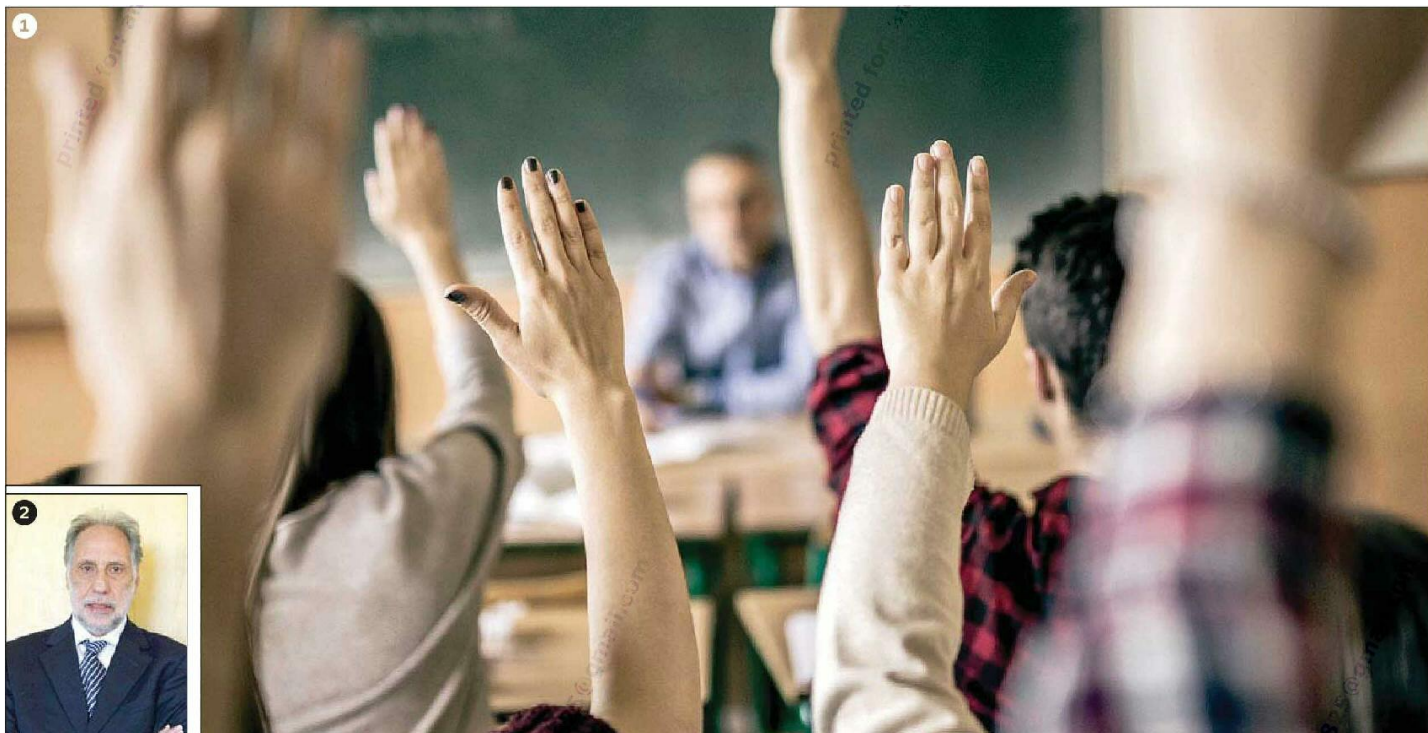


POLITÉCNICO DE LISBOA



1 Professores com parecer desfavorável suspeitam de favorecimentos internos 2 Elmano Fonseca Margato preside ao Instituto Politécnico de Lisboa

Docentes precários excluídos dos quadros

IRREGULARIDADES Rejeitado requerimento de integração de professores com horário completo
DENÚNCIA Lesados enviaram queixa aos grupos parlamentares do Bloco de Esquerda e do PCP

SALOMÉ PINTO

Um grupo de pelo menos 10 professores precários, com horário completo, acusa o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) de “recusar infundadamente a sua integração nos quadros”, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP). Ao que o **Correio da Manhã** apurou, nesta situação estarão mais docen-

tes do IPL, que no total empregam 915 professores.

A denúncia, a que o **CM** teve acesso, foi enviada aos grupos parlamentares do Bloco e do PCP. Os docentes alegam estar em “funções permanentes na instituição há pelo menos nove anos”, têm “doutoramento e grau de especialista”, requisitos essenciais para que o pedido fosse aceite, pelo que não entendem o veto do IPL.

Os lesados esclarecem ainda que estavam a tempo inteiro “ao contrário de alguns, que se encontravam a tempo parcial, acumulavam funções noutras empresas, e, ainda assim, receberam aval positivo”.

O PREVPAP dita que um trabalhador a recibos verdes só pode ser integrado caso “preencha uma necessidade permanente” da entidade pública, entre “1 de janeiro e 4 de maio de

2017". Ao **CM**, o presidente do IPL, Elmano Fonseca Margato, atesta que "não havia qualquer limitação à apresentação do requerimento em função do tipo de contrato (parcial ou a tempo inteiro)", embora o IPL "só tivesse dado parecer favorável no caso em que os docentes estives-

sem a tempo integral". Os professores teriam ainda de ter "doutoramento ou título de especialista" e lecionar "unidades curriculares dos planos de estudo dos cursos", acrescenta.

A decisão final não é exclusiva do IPL, "mas de uma comissão bipartida que integra também

representantes do Governo e dos sindicatos, além da presidente da comissão do PREVPAP do Ensino Superior", sublinha Elmano Fonseca Margato. ●

INSTITUIÇÃO DIZ QUE NÃO É A ÚNICA RESPONSÁVEL PELO PARECER FINAL

PORMENORES

Segunda fase do PREVPAP

Destina-se aos trabalhadores da Administração do Estado ou do setor empresarial público que, em algum momento entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, exerceram funções que "correspondam a necessidades permanentes".

Prazos dos pedidos

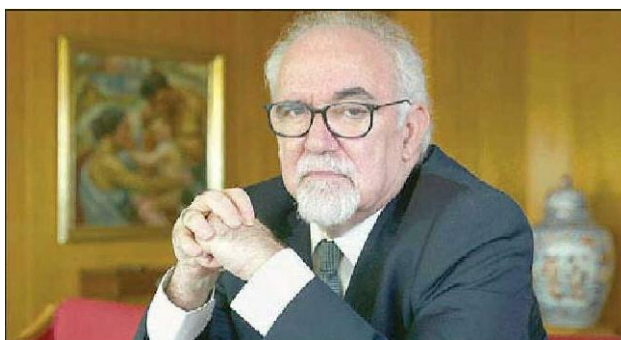
Os trabalhadores da Administração Central e Local que participaram na segunda fase do PREVPAP tiveram de apresentar os respetivos requerimentos entre os dias 6 e 17 de novembro de 2017.

Necessidade permanente

A lei não define o que é necessidade permanente, pelo que as entidades públicas têm alguma liberdade na sua interpretação. Para o Instituto Politécnico de Lisboa, significa que o trabalhador pode estar a tempo inteiro na instituição.

Comissões de avaliação

Cabe às Comissões de Avaliação Bipartida avaliar se as funções dos trabalhadores precários correspondem a necessidades permanentes e emitir parecer positivo ou negativo face ao pedido de integração. As comissões são compostas por representantes ministeriais, dos serviços e dos sindicatos.



José Vieira da Silva tutela o Ministério do Trabalho, que lançou o Programa de Regularização de Precários do Estado

Mais de 16 mil pedidos com luz verde

■ O número de trabalhadores precários da administração pública e empresarial do Estado com luz verde para integração nos quadros totalizou 16 150, tendo sido recusados 6 281 requerimentos, segundo o último balan-

ço realizado pelo Ministério do Trabalho, em abril. Significa que dos 22 431 requerimentos, 72% tiveram parecer favorável. Já 10 354 precários foram excluídos do PREVPAP por não cumprirem os critérios. ●